



OS IMPACTOS DA PANDEMIA DO COVID-19 NAS ATIVIDADES DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ

THE IMPACTS OF THE COVID-19 PANDEMIC ON THE ACTIVITIES OF MICRO AND SMALL COMPANIES IN PARANÁ

ÁREA TEMÁTICA: Administração Pública - Análise de Políticas Públicas

Guilherme Godoy Silva Giacheti, Universidade Estadual de Londrina, Brasil, ggiacheti@gmail.com

Antonio Pescuma Junior, Universidade de São Paulo, Brasil, antonioescuma@alumni.usp.br

Saulo Fabiano Amâncio Vieira, Universidade Estadual de Londrina, Brasil, saulofav@gmail.com

Resumo

Diante do complexo contexto econômico, sanitário e político apresentado pelo cenário de pandemia do covid-19 no período de 2019-2022. Este trabalho aborda as dificuldades enfrentadas pelas micro e pequenas empresas no atual cenário pandêmico, especialmente no Brasil, onde representam cerca de 99% das empresas e são responsáveis por 52% dos empregos formais no setor privado. Nesta pesquisa foram estudados os fenômenos e indicadores econômicos que impactaram as micro e pequenas empresas em contextos pré, durante e pós pandemia do COVID-19. Os indicadores observados para analisar os impactos da pandemia nas micro e pequenas empresas, foram: abertura e fechamento de empresas no período de 2019 a 2022, dados da quantidade de emissão de notas fiscais pelas micro e pequenas empresas neste mesmo período, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo [IPCA], Taxa Selic, Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil [IBC-Br], Taxa de Desemprego, Concessão de Crédito a Pessoas Jurídicas [PJ's]. A metodologia de pesquisa escolhida foi a quantitativa e descritiva. Diante de todos os desafios enfrentados pelas empresas analisadas, foi possível verificar que as empresas do estado do Paraná se reinventaram para se manter no mercado. Foi possível entender que mesmo com todas as dificuldades, as empresas analisadas tiveram desempenho aceitável.

Palavras-chave: microempresa; pequena empresa; pandemias; covid-19, indicadores.

Abstract

Given the complex economic, health, and political context presented by the COVID-19 pandemic scenario in the period from 2019-2022, this work addresses the difficulties faced by micro and small businesses in the current pandemic scenario, especially in Brazil, where they represent about 99% of the companies and are responsible for 52% of formal jobs in the private sector. This research studied the economic phenomena and indicators that impacted micro and small businesses in pre, during, and post-pandemic contexts of COVID-19. The observed indicators to analyze the pandemic's impacts on micro and small businesses were: opening and closing of companies from 2019 to 2022, data on the quantity of invoices issued by micro and small businesses in this same period, National Consumer Price Index [IPCA], Selic Rate, Economic Activity Index of the Central Bank - Brazil [IBC-Br], Unemployment Rate, and Credit Concessions to Legal Entities [PJ's]. The research methodology chosen was quantitative and descriptive. Despite all the challenges faced by the analyzed companies, it was possible to verify that companies in the state of Paraná reinvented

Keywords: *pandemics; Covid-19; Small business; indicators.*

1. INTRODUÇÃO

Foi em dezembro de 2019, na província de Hubei e cidade de Wuhan, na República Popular da China, que o Covid-19, também conhecido popularmente como "coronavírus", foi identificado (Távora, 2020). A partir de março de 2020, a doença se tornou pandêmica e teve impactos significativos nas áreas de saúde, social e econômica (Távora, 2020). Em 26 de fevereiro de 2020, foi registrado o primeiro caso de infecção pelo vírus no Brasil, na cidade de São Paulo (Brasil, 2020c), o que deu início a uma série de dificuldades sanitárias, políticas e econômicas, sem que se soubesse, naquele momento, a extensão e a duração dos impactos desses eventos. A partir de fevereiro e março de 2020, os primeiros choques de oferta e demanda começaram a ser percebidos, com a desaceleração da economia chinesa - epicentro do surgimento da doença - e, posteriormente, na Europa, que são o primeiro e o terceiro principais parceiros comerciais do Brasil (Brasil, 2020b). A redução no comércio teve um efeito cascata na economia, causando a diminuição na produção e na jornada de trabalho, o aumento das demissões, o aumento das falências e a redução na oferta de crédito pelo setor bancário, devido ao aumento do risco de investimento (Brasil, 2020a).

No Brasil, o setor empresarial é composto, em sua maioria, por micro e pequenas empresas [MPEs], representando cerca de 99% do total (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, 2015). Surpreendentemente, as MPEs são responsáveis por 52% dos empregos formais no setor privado. No entanto, de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE (2016), aproximadamente 60% dos proprietários de pequenos negócios tiveram seus pedidos de crédito negados pelos bancos, por falta de garantias suficientes para o pagamento.

Solicitar crédito é fundamental para a gestão de caixa das organizações, especialmente durante períodos de redução nas vendas, quando as organizações enfrentam dificuldades para pagar fornecedores, salários e outras despesas necessárias para manter suas operações. Para mitigar os impactos da redução da atividade econômica na pandemia, as organizações adotaram diversas medidas, tais como a redução da jornada de trabalho e salários, trabalho remoto, prestação de serviços online e via aplicativos (Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo - SIMPI, 2020).

Ao longo da pandemia do COVID-19, tanto o Brasil como o cenário macroeconômico global foram muito afetados pelas consequências de uma doença da magnitude que a COVID-19 foi. O mundo todo enfrentou uma fase muito complexa para a área da saúde, quanto para a área econômica. Foram vividos desafios diferentes de quaisquer outros já vividos no mundo moderno, apesar dos registros históricos demonstrarem que o mundo já enfrentou grandes crises, assim como outras pandemias no passado, a exemplo da peste espanhola em 1918, e outras crises financeiras como a de 1929 na bolsa de valores americana (Gall, 2020).

Neste estudo, serão discutidas as dificuldades enfrentadas pelas micro e pequenas empresas no atual cenário pandêmico, sendo analisados indicadores como abertura e fechamento de empresas no período de 2019 a 2022, emissão de notas fiscais, dados do SEBRAE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], Tesouro Transparente e Banco Central do Brasil. Conforme o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE (2016), os pequenos negócios no Brasil são majoritariamente representados pelas Micro e Pequenas Empresas (MPEs). No entanto, um dos desafios em relação às MPEs está na definição do conceito, uma vez que não há consenso internacional para delimitar o que são MPEs, dadas as diferenças entre os países, economias e populações empresariais (Guimarães et al., 2018).

Apesar da complexidade e dos desafios enfrentados, este cenário permitiu que empreendedores, especialmente no setor de pequenas empresas, usassem técnicas de gestão e administração para perceber melhor as necessidades de mudança, melhorar o atendimento ao cliente e até expandir seus negócios. Durante esse período, oportunidades e desafios foram

apresentados a todos os tipos de empresários, alguns vivendo momentos difíceis, enquanto outros aproveitaram ao máximo. Empresas que já possuíam sistemas financeiros bem estruturados e algum capital de reserva tiveram mais flexibilidade para reavaliar seus negócios de forma planejada. Por outro lado, as empresas com situações financeiras mais precárias foram afetadas rapidamente pela inadimplência e insolvência.

Dentro desse contexto, as micro e pequenas empresas, que são a grande maioria no Brasil, foram as mais impactadas por essa pandemia imprevisível. Por isso, é essencial entender como esse setor foi afetado e apresentar indicadores do desempenho econômico brasileiro e dessas categorias de empresas.

Considerando este contexto, a presente pesquisa tem como objetivo Analisar como a pandemia do COVID-19 impactou nas atividades de micro e pequenas empresas do Paraná. Formulou-se ainda os seguintes objetivos específicos: Caracterizar micro e pequenas empresas; Contextualizar o cenário macroeconômico do Paraná pré e pós-pandemia; Analisar as dificuldades enfrentadas por micro e pequenos empreendedores para manter as empresas abertas neste período.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização da análise dos impactos pandêmicos em micro e pequenas empresas brasileiras, foram coletados dados em plataformas governamentais de apoio ao empresário como o SEBRAE, IBGE, Tesouro Transparente e Banco Central do Brasil, além da busca de estudos em plataformas como Scielo e *Web of Science*. A coleta de dados foi realizada no período de 09/01/2023 a 19/01/2023. Nesta pesquisa foram estudados os fenômenos e indicadores econômicos que impactaram as micro e pequenas empresas em contextos pré, durante e pós pandemia do COVID-19. Os indicadores observados para analisar os impactos da pandemia nas micro e pequenas empresas, foram: abertura e fechamento de empresas no período de 2019 a 2022, dados da quantidade de emissão de notas fiscais pelas micro e pequenas empresas neste mesmo período, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo [IPCA], Taxa Selic, Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil [IBC-Br], Taxa de Desemprego, Concessão de Crédito a Pessoas Jurídicas [PJ's]. A metodologia de pesquisa escolhida foi a quantitativa e descritiva.

Para entender os indicadores que foram analisados e coletados os conceitos de cada um deles e dessa forma foi possível entender e verificar como eles são conectados com o desempenho das micro e pequenas empresas do Paraná.

Abertura e fechamento de empresas: Este indicador demonstra o montante de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas [CNPJ's] abertos e fechados durante um período específico de tempo, uma Unidade Federativa [UF] ou no Brasil como um todo e de acordo com o porte da empresa. Quantidade de emissão de notas fiscais: Este indicador apresenta o montante de notas fiscais emitidas pelas empresas em um período específico de tempo, uma UF ou no Brasil como um todo e de acordo com o porte da empresa. IPCA: De acordo com o IBGE, o IPCA é um indicador que tem como propósito mensurar a inflação de um conjunto de produtos e serviços destinados ao consumo pessoal das famílias e comercializados no varejo. Para isso, são selecionados estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços, concessionárias de serviços públicos e websites como unidades de coleta. A coleta de dados geralmente ocorre entre os dias 1º e 30º do mês de referência. O IPCA é destinado a famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos, independentemente da fonte de renda, que residam nas áreas urbanas das regiões abrangidas pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor [SNIPC]. Taxa Selic: Segundo com o Banco Central Brasileiro, a Taxa Selic é definida como a média ajustada das taxas de financiamento diário das operações realizadas no

Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos públicos federais. Para calcular a taxa, são consideradas as operações diárias de financiamento relacionadas aos títulos públicos federais custodiados no Selic, registrados e liquidados no próprio Selic e em sistemas operados por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação, conforme estabelecido no artigo 1º do regulamento anexo à Resolução BCB nº 61, de 13 de janeiro de 2021 (Brasil, 2021). Concessão de Crédito a PJ's: De acordo com o Banco Central Brasileiro, o indicador em questão é o montante total de empréstimos destinados a recursos livres, cujas taxas de juros são definidas livremente entre a instituição financeira e o cliente. Esse indicador abrange todas as operações com pessoa jurídica (PJ), com exceção do crédito rotativo. IBC-Br: O Banco Central Brasileiro, define que o Índice de Atividade Econômica do Banco Central - Brasil (IBC-Br), divulgado desde março de 2010, tem como finalidade mensurar a evolução atual da atividade econômica no país e contribuir para a formulação de estratégias de política monetária. Esse indicador é mensal e leva em consideração variáveis consideradas como representantes do desempenho dos setores econômicos. Taxa de Desemprego: De acordo com o IBGE, a taxa de desemprego, divulgada com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua [PNAD Contínua], representa a porcentagem de pessoas na força de trabalho que se encontram desocupadas.

A análise dos dados teve caráter quantitativo sendo que para a análise foi utilizada planilhas eletrônicas, criando gráficos e tabelas onde possa se observar a evolução dos dados cronologicamente e inferir sobre essa evolução.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta etapa do trabalho será apresentado o referencial teórico para o desenvolvimento da pesquisa. A contextualização e características das micro e pequenas empresas é importante para entender o universo e a amostra que está sendo estudada. Também serão contextualizados os indicadores que foram usados para compreender o impacto da pandemia do Covid 19, são eles: IPCA, Taxa Selic, IBC-Br, Taxa de Desemprego, Concessão de Crédito a PJ's.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Conforme exposto anteriormente, o setor empresarial brasileiro em sua composição possui 99% de micro e pequenas empresas [MPE] as quais correspondem 52% dos empregos formais do setor privado (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS - SEBRAE, 2015).

Para entender esse contexto, é importante entender como são caracterizadas as micro e pequenas empresas no Brasil, para tal Gonçalves (1994) menciona que em países como o Brasil onde há alto desequilíbrio regional, micro e pequenas empresas podem apresentar um importante papel para a descentralização industrial.

As MPE (Micro e pequenas empresas) são uma alternativa de ocupação para uma pequena parcela da população que possui condições de desenvolver seu próprio negócio, e também oferecem uma alternativa de emprego formal ou informal para uma grande parcela da força de trabalho excedente, que geralmente tem pouca qualificação e não consegue emprego nas empresas maiores (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2003). Em 2003, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE realizou um amplo estudo sobre as principais características de gestão das MPE brasileiras, e entre os principais resultados encontrados destacam-se (Figura 1):

Volume de capital empregado baixo;

Presença de colaboradores com laços familiares;
Forte centralização do processo de tomada de decisão;
Sobreposição da pessoa física do proprietário com a pessoa jurídica, inclusive em balanços contábeis;
Baixa adequação de registros contábeis;
Mão de obra direta;
Pouca terceirização;
Baixo uso de tecnologias sofisticadas;
Pouco investimento em inovação;
Complexidade de acesso a capital;
Baixa noção de definição dos custos fixos;
Sonegação fiscal;
Utilização intensa de mão-de-obra não qualificada

Figura 1. Principais características de gestão das MPE brasileiras

Fonte: Elaborado pelo autor

Leone (1999) realizou um estudo sobre as características das MPE brasileiras, classificando-as em três tipos de especificidades: organizacionais, decisórias e individuais. Essas especificidades foram sistematizadas na Figura 2. Há semelhanças entre as abordagens de Leone (1999) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2003) no que se refere aos aspectos que caracterizam as MPE brasileiras. Ambas as fontes destacam traços predominantes na análise das micro e pequenas empresas, como gestão informal, escassez de recursos e baixa qualidade gerencial.

Especificidades Organizacionais	Especificidades Decisórias	Especificidades Individuais
<ul style="list-style-type: none"> - Pobreza de recursos; Gestão centralizadora; - Situação extra-organizacional incontrolável; - Fraca maturidade organizacional; - Fraqueza das partes no mercado; - Estrutura simples e leve; - Ausência de planejamento; - Fraca especialização; - Estratégia intuitiva; - Sistema de informações simples. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tomada de decisão intuitiva; - Horizonte temporal de curto prazo; - Inexistência de dados quantitativos; - Alto grau de autonomia decisória; - Racionalidade econômica, política e familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tomada de decisão intuitiva; - Horizonte temporal de curto prazo; - Inexistência de dados quantitativos; - Alto grau de autonomia decisória; racionalidade econômica, política e familiar. onipotência do proprietário/dirigente; - Identidade entre pessoa física e jurídica; - Dependência perante certos funcionários; - Influência pessoal do proprietário / dirigente; - Simbiose entre patrimônio social e pessoal; - Propriedade dos capitais; - Propensão a riscos calculados.

Figura 2. Características das MPE brasileiras

Fonte adaptada: Leone (1999, p.4)

Nota: Adaptação realizada pelo autor

Também é importante falar do faturamento máximo para as empresas se enquadrarem neste contexto das micro e pequenas empresas. De acordo com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE (2016), os Microempreendedores Individuais [MEIs] possuem capacidade de faturamento anual de até R\$81 mil, já as microempresas têm faturamento anual até R\$360 mil e as empresas de Pequeno Porte possuem faturamento anual entre R\$360 mil e R\$4,8 milhões.

Schreiber *et al.* (2021) afirmam que devido à grande relevância das micro e pequenas empresas para a economia do país, foi estabelecido em 2006, por meio da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 (Brasil, 2006), o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, popularmente conhecido como Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Costa e Leandro (2016) afirmam que a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa foi criada para regulamentar o artigo 179 da Constituição Federal, que garante tratamento diferenciado para as pequenas empresas, incentivando seu crescimento por meio de benefícios tributários, previdenciários e jurídicos. Em função da relevância das micro e pequenas empresas na economia local e nacional, este artigo tem como objetivo analisar os impactos da pandemia sobre essas empresas no Brasil, com base em revisão bibliográfica e dados coletados de instituições públicas, como o IBGE, e privadas, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Serão considerados especificamente os impactos financeiros, no quadro de funcionários, na obtenção de insumos e nas modificações tecnológicas implementadas.

3.2 ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA)

De acordo com Dornbusch *et al.* (2013, p. 42), o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor) é um indicador que calcula o custo de uma cesta fixa de bens e serviços que reflete as compras realizadas pelos consumidores urbanos. Essa cesta permanece constante ao longo do tempo, com os mesmos bens sendo avaliados ano após ano. Além disso, o IPCA incorpora diretamente os preços dos bens importados. Ele mede os preços dos bens e serviços que as famílias urbanas efetivamente consomem, ou seja, no varejo.

O índice IPCA, segundo o IBGE, é uma medida de inflação que visa aferir a variação de preços de um conjunto de bens e serviços vendidos no comércio varejista, os quais são destinados ao consumo pessoal das famílias. Para isso, são coletados dados de estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços, concessionárias de serviços públicos e do comércio eletrônico, em um período que geralmente abrange do primeiro ao último dia do mês de referência. A população-alvo do IPCA abrange as famílias que possuem renda entre 1 e 40 salários mínimos, independentemente da fonte de renda, e que residem nas áreas urbanas das regiões abrangidas pelo SNIPC.

Segundo Carrara e Correa (2012, p. 8), o IPCA é um índice do tipo Laspeyres que utiliza a ponderação das despesas com cada bem no consumo total para calcular a variação dos preços de bens e serviços entre dois períodos, comparando os preços que vigoraram nos 30 dias do período de referência com os 30 dias do período-base. A estrutura do IPCA é composta por diferentes tipos de gastos, tais como alimentação, transporte e comunicação, despesas pessoais, vestuário, habitação, saúde e cuidados pessoais, e artigos de residência.

3.3 ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA)

De acordo com Assaf Neto (2001), a taxa de juros é o custo associado ao ato de poupar, representando a remuneração requerida por um agente econômico ao decidir adiar o consumo e transferir seus recursos para outro agente.

Para Samuelson (1975), a taxa de juros pode ser vista como um incentivo ao sacrifício do consumo imediato e ao investimento em projetos que ofereçam retornos líquidos elevados. É comum que aqueles que possuem recursos excedentes os apliquem no mercado financeiro, que oferece uma remuneração na forma de taxa de juros. Essa remuneração pode ser obtida por meio de produtos de captação que são adaptados às preferências do investidor quanto ao risco, retorno e prazo de resgate.

Conforme Dornbusch et al. (2013, p. 42), a taxa de juros corresponde à taxa de remuneração paga sobre um empréstimo ou outro tipo de investimento, além do pagamento principal, expressa como uma porcentagem anual. Por exemplo, se você tem \$1.000 no banco e o banco paga \$50 de juros no final de cada ano, a taxa de juros anual seria de 5%. É importante ressaltar que, embora falemos em "a" taxa de juros na macroeconomia, na verdade existem várias taxas, que variam conforme a classificação de crédito do tomador, o prazo do empréstimo e outros aspectos do acordo entre o tomador e o credor.

3.4 CONCESSÃO DE CRÉDITO

De acordo com Schrickel (2000), o termo "crédito" tem origem na palavra latina "credere", que significa acreditar ou confiar. Crédito é, portanto, a forma de se obter recursos para investir em um empreendimento ou suprir uma necessidade. Schrickel (2000) também destaca que crédito é toda disposição de alguém em ceder temporariamente parte de seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de recuperá-lo integralmente após um período determinado.

Silva (2008) afirma que historicamente, uma das funções dos bancos tem sido captar recursos junto aos agentes econômicos superavitários e financiar as necessidades de consumo e investimentos dos agentes deficitários.

3.5 TAXA DE DESEMPREGO

Mészáros (2002) observa que o desemprego, anteriormente restrito a áreas de pobreza e subdesenvolvimento, agora afeta um grande número de trabalhadores qualificados em países de capitalismo avançado. O autor destaca que, em consequência das transformações capitalistas, as pessoas afetadas pelo desemprego são cada vez mais esquecidas e negligenciadas, sem preocupações com as repercussões socioeconômicas desse fenômeno.

O'Brien e Salm (1970, p. 93) acrescenta que, embora o problema do desemprego tenha sido abordado por economistas no século XIX, ele era visto como um fenômeno cíclico e temporário. Somente com a revolução keynesiana na década de 1930 é que a preocupação com o desemprego se intensificou. O autor argumenta que as estatísticas precárias da época não permitiam compreender a extensão do problema, e que as leis sobre a pobreza tinham como objetivo tornar a pensão dos desempregados pouco atraente para os que preferirem trabalhar por baixos salários, pressupondo que empregos estariam disponíveis em tempos normais.

4. RESULTADOS

Nesta seção do trabalho serão apresentados os resultados da pesquisa produzida.

De acordo com o painel de empresas, (Brasil, 2022) em 2020 o contexto das micro e pequenas empresas no Paraná [PR], considerando os MEIs apresentou uma quantidade de 1.365.939

empresas. Neste mesmo ano de 2020, 227.991 empresas foram abertas e 72.315 empresas foram fechadas. Já em 2021, foram abertas 263.609 empresas e 98.511 empresas foram fechadas. Quando olhamos para 2022, é possível observar um cenário de 247.997 empresas abertas e 108.897 empresas fechadas. Além de observar os anos de 2020, 2021 e 2022, é importante analisar o cenário de 2019, para entender o comportamento de abertura e fechamento de empresas em um período pré-pandemia (Figuras 3-4).

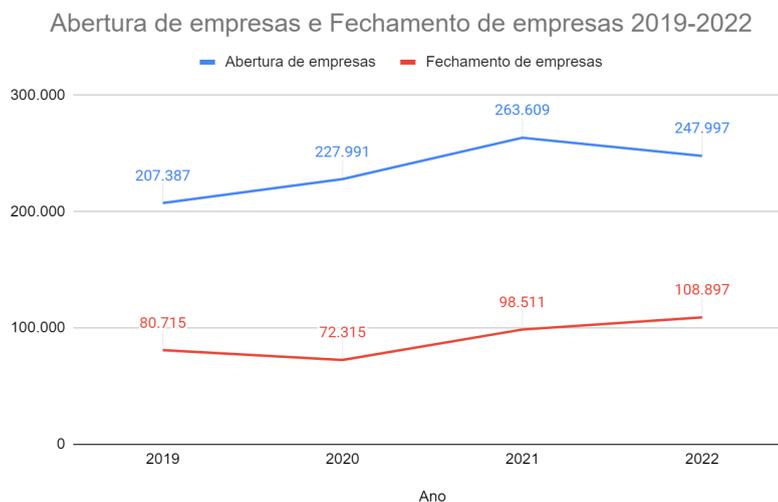


Figura 3. Abertura e fechamento de empresas 2019-2022

Fonte: Brasil. Empresas & negócios. 2022 . Painéis do mapa de empresas. Brasília, DF, Brasil. Disponível em:

<<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>> Acesso em: 15 fev. 2022.

Nota: Elaborado pelo autor com base nos dados retirados da fonte

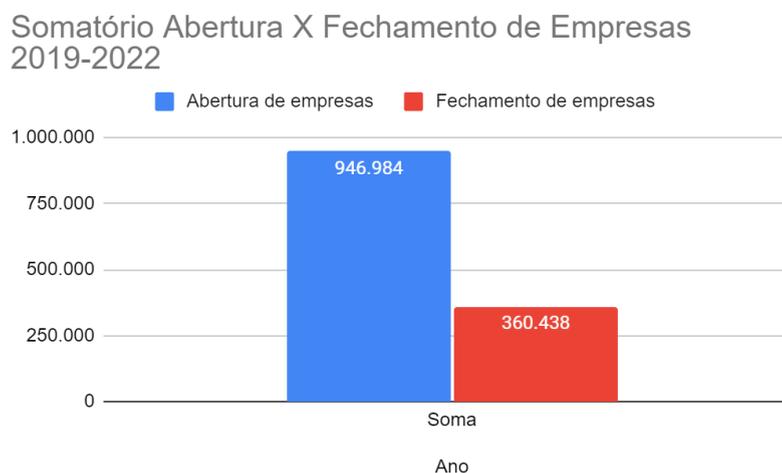


Figura 4. Somatório Abertura x Fechamento de empresas 2019-2022

Fonte: Brasil. Empresas & negócios. 2022 . Painéis do mapa de empresas. Brasília, DF, Brasil. Disponível em:

<<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>> Acesso em: 15 fev. 2022.

Nota: Elaborado pelo autor com base nos dados retirados da fonte

Ao analisar os resultados de abertura de empresas é possível verificar que existe uma crescente entre o período de 2019 a 2021, o que pode classificar que mesmo em um período

de crise, os empreendedores brasileiros enxergam oportunidades e abrem seus negócios. Depois em 2022 percebe-se um decréscimo do número de abertura de empresas, no entanto o número de abertura de empresas em 2022, é maior que os números de 2019 e 2020.

No quesito fechamento de empresas, percebe-se que em 2019 o número representa 38,91% do número de abertura de empresas do mesmo ano. Já para o período de 2020 a 2022, percebe-se uma crescente no número de fechamento de empresas que também pode ser classificada como as grandes dificuldades apresentadas não só pelo período de crise representado pela COVID-19, mas também pelo ambiente de negócios complexo do Brasil.

Ao observar e analisar a figura 4, entende-se que o somatório das empresas abertas dentro do período analisado é muito maior que o montante de empresas que encerraram suas atividades, portanto é possível inferir que mesmo com todas as dificuldades apresentadas, as oportunidades foram maiores.

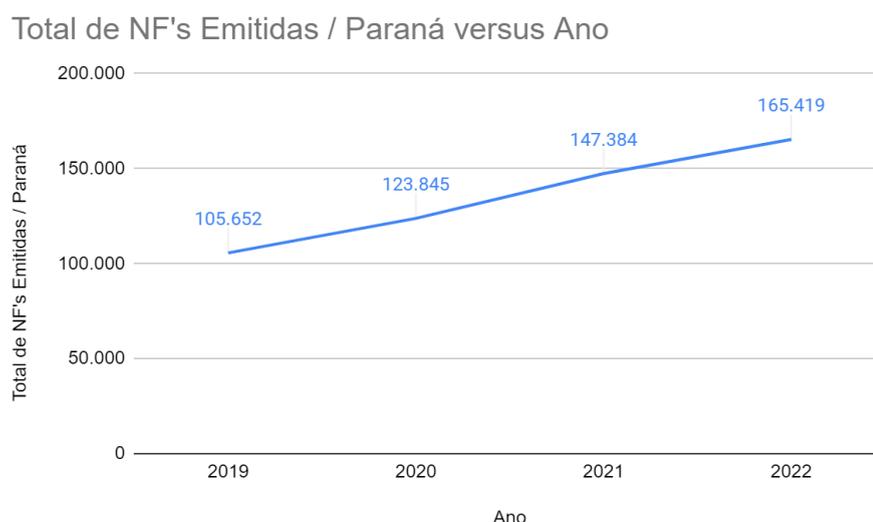


Figura 5. Total de notas fiscais emitidas no Paraná por ano 2019-2022

Fonte: Brasil. Sistema Público de Escrituração Digital. 2022 Receita Federal, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/>> Acesso em: 15 fev. 2022.

Nota: Elaborado pelo autor com base nos dados retirados da fonte

Nesta figura, é possível observar o montante de notas fiscais emitidas pelos empreendedores paranaenses durante o período de 2019 a 2022 (Figura 5). É possível observar que existe um crescimento contínuo dentro do período analisado. Portanto, este crescimento demonstra que a atividade econômica do estado, mesmo que afetada, continuou funcionando e explorando o mercado que se apresentava neste difícil cenário de crise.

Preços - IPCA e meta para a inflação

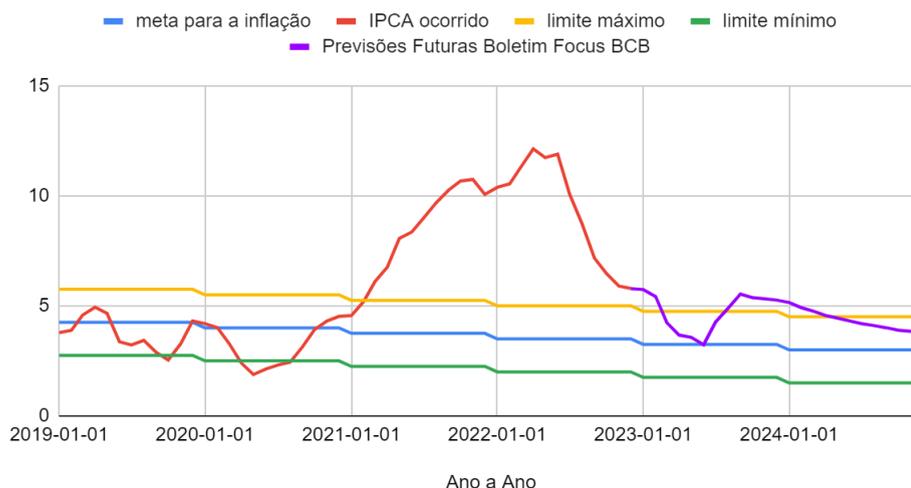


Figura 6. Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo e meta para a inflação 2019-2022
 Fonte: Brasil. Banco Central do Brasil. 2022. Detalhamento do gráfico. Brasília, DF, Brasil.

Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas>> Acesso em: 15 fev. 2022.

Nota: Elaborado pelo autor com base nos dados retirados da fonte

Na figura 6, foi apresentado o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e seu desempenho ao longo do período estudado. A linha azul, demonstra a meta nacional para a inflação. A linha amarela apresenta o limite máximo para a inflação dentro do período e a linha verde, o limite mínimo. A linha vermelha demonstra o que de fato ocorreu com este índice dentro da variação dos últimos 12 meses. É possível verificar que até fevereiro de 2021 o índice se mantinha dentro do limite máximo para o período, já em março de 2021, o índice estourou o limite máximo estipulado pelo banco central brasileiro. Ao analisar o gráfico também é possível verificar que o índice teve uma crescente contínua desde maio de 2020, até abril de 2022. Foram 24 meses de aumentos ininterruptos do índice. Já a linha roxa, que começa em dezembro de 2022, mostra as previsões futuras do índice. O que mais chama atenção nesta análise foram os 24 meses de aumento ininterruptos do índice que mostra o aumento dos preços de bens e serviços ao longo deste período. O que, portanto, é possível inferir que o aumento dos custos para a operação das micro e pequenas empresas, não só do Paraná, mas como do Brasil todo foi nitidamente demonstrado por este índice.

Taxa Selic X Ano

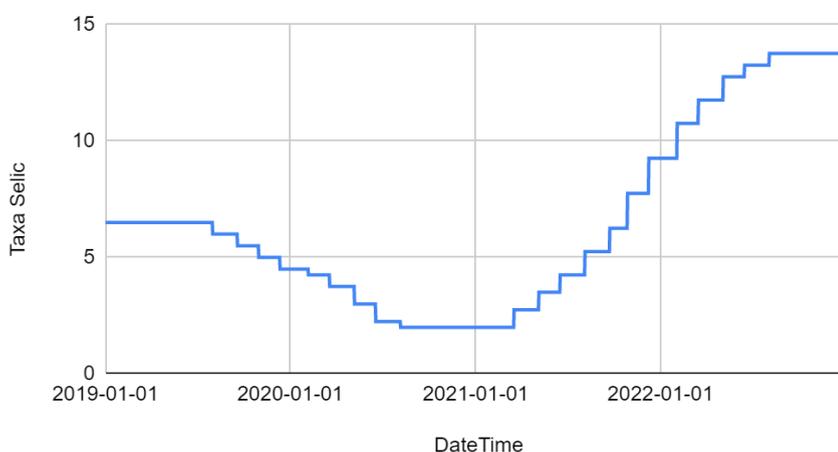


Figura 7. Taxa Selic 2019-2022

Fonte: Brasil. Banco Central do Brasil. 2022. Detalhamento do gráfico. Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas>> Acesso em: 15 fev. 2022.

Nota: Elaborado pelo autor com com base nos dados retirados da fonte

Nesta análise, foram apresentados os dados coletados referentes a taxa selic. Taxa Selic, conforme definida previamente como a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos públicos federais (Figura 7). Ao longo do período analisado, a figura apresenta queda da taxa selic de janeiro de 2019 a metade do mês de março de 2021, foram 27 meses em que o Comitê de Política Monetária [COPOM] decidiu pela queda do índice. A partir da segunda metade do mês de março de 2021, o índice apresentou aumento até o mês de agosto de 2022, onde se mantém estável em 13.75%, em janeiro de 2023 (Figura 7). Visto que a taxa Selic é muito utilizada no controle da inflação e representa a taxa básica de juros, isso impacta diretamente na capacidade das micro e pequenas empresas de tomar empréstimos para quaisquer fins que sejam, no intuito de manter suas empresas operando. Com as taxas de empréstimo mais altas, um problema é apresentado aos empresários, visto que o custo do capital fica mais alto.

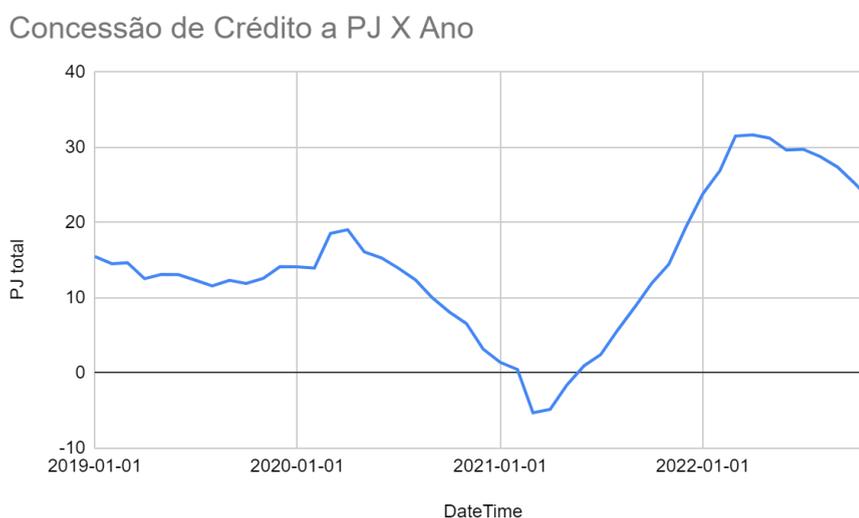


Figura 8. Concessão de crédito à pessoa jurídica 2019-2022

Fonte: Brasil. Banco Central do Brasil. 2022. Detalhamento do gráfico. Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas>> Acesso em: 15 fev. 2022.

Nota: Elaborado pelo autor com com base nos dados retirados da fonte

Conforme descrito anteriormente, o índice de concessão de crédito a PJ's apresenta o montante total de empréstimos cuja destinação dos recursos é livre e cujas taxas de juros são definidas livremente entre instituição financeira e cliente (recursos livres). Refere-se a todas as operações com pessoa jurídica (PJ) – excluindo-se o crédito rotativo (Figura 8).

É possível verificar que enquanto a taxa Selic se mantinha relativamente baixa, a tomada de crédito pelas empresas seguia em crescente. Com a crescente contínua da taxa Selic, a tomada de empréstimos diminuiu drasticamente entre o período de abril de 2020 a março de 2021. Posterior a março de 2021, mesmo com a taxa Selic alta e o custo da tomada de crédito também alto, os empreendedores não interpretaram estes fatos como risco e sim como combustível para manterem suas empresas operando.

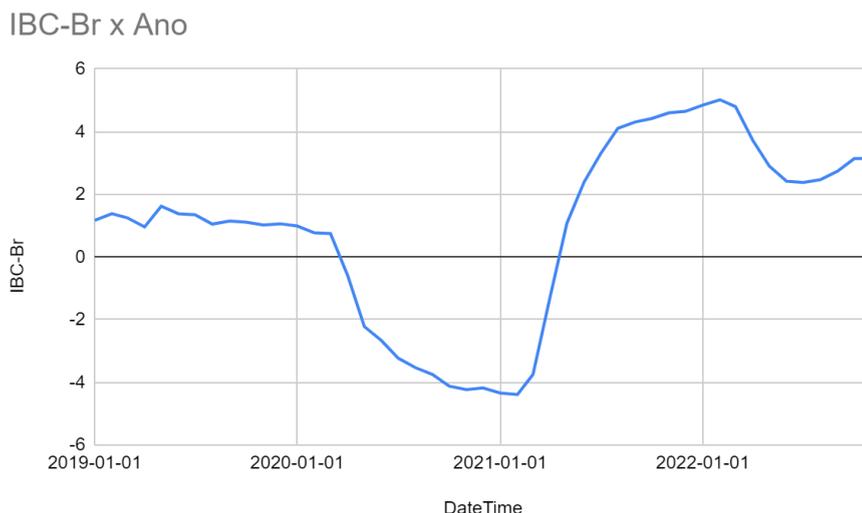


Figura 9. Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil [IBC-Br] 2019-2022

Fonte: Brasil. Banco Central do Brasil. 2022. Detalhamento do gráfico. Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas>> Acesso em: 15 fev. 2022.

Nota: Elaborado pelo autor com base nos dados retirados da fonte

O Banco Central divulga mensalmente o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), que leva em consideração as atividades da indústria, serviços e agropecuária. Embora seja utilizado como uma referência, o IBC-Br possui uma metodologia distinta daquela empregada no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), portanto, não é exatamente uma prévia deste índice. O objetivo principal do IBC-Br é medir a evolução recente da atividade econômica do país e fornecer informações relevantes para a formulação de políticas monetárias (Figura 9).

Portanto, com este índice é possível verificar nitidamente o cenário da pandemia do Covid 19, verifica-se que em março de 2020 inicia a queda da atividade econômica brasileira a qual se mantém em baixa até fevereiro de 2021. O marco da retomada da atividade econômica começa em março de 2021, época em que restrições sanitárias dos estabelecimentos começaram a ser afrouxadas. Pode-se perceber que a alta dura até fevereiro de 2022. Com base nesta análise, fica claro que com todas as restrições sanitárias impostas, as micro e pequenas empresas sofreram muito neste período de 12 meses, já que boa parte das operações empresariais foram reduzidas.

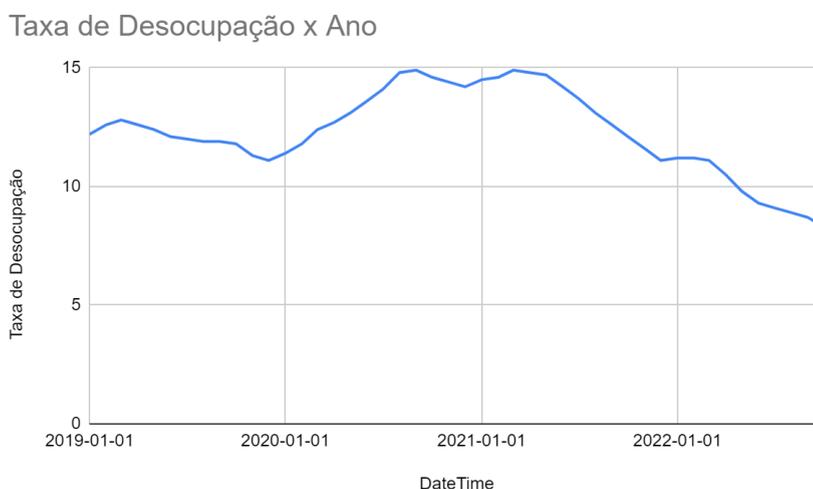


Figura 10. Taxa de desocupação 2019-2022

Fonte: Brasil. Banco Central do Brasil. 2022. Detalhamento do gráfico. Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas>> Acesso em: 15 fev. 2022.

Nota: Elaborado pelo autor com base nos dados retirados da fonte

Nesta figura, analisa-se a taxa de desemprego (percentual de cidadãos desempregados). Por definição, ela representa o total de pessoas sem trabalho, mas que procuraram emprego, dividido pelo total de pessoas na força de trabalho. “Força de trabalho” refere-se às pessoas com 14 anos ou mais de idade com potencial para trabalhar (Figura 10).

É perceptível que nos períodos de auge da pandemia, as taxas de desemprego se mantiveram em alta. Os meses que a taxa teve seus percentuais recordes dentro do período analisado foram, setembro de 2020 e março de 2021.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa se propôs a analisar os impactos da pandemia do Covid-19 nas atividades das micro e pequenas empresas do Paraná. Ao longo da execução do trabalho, foi possível estudar como a pandemia se desenvolveu desde o seu início na China, foi interessante observar o movimento da pandemia ao redor do mundo, afetando os países europeus, norte americanos e sul americanos, em específico o Brasil. O mundo todo foi severamente afetado pelos fatos envolvendo a crise sanitária, foi possível perceber que os impactos não foram apenas na saúde das pessoas, nem só na quantidade de mortes causada pela doença mas também nas atividades diárias dos seres humanos, isso inclui hábitos de vida, consumo, encontro com familiares e em diversos outros aspectos.

O objetivo deste trabalho foi analisar como a pandemia do COVID-19 impactou nas atividades de micro e pequenas empresas do Paraná, para tal foi dado contexto do estado do Paraná e também deste porte de empresa. Foram observadas as estatísticas gerais do estado do Paraná e também a representatividade das micro e pequenas empresas para a economia deste estado. Seguindo com a contextualização do universo da pesquisa, foi possível observar também as características mais importantes do porte de empresa estudado, e é interessante analisar que no Brasil as micro e pequenas empresas têm muita importância na economia do país, visto que representam grande maioria das empresas existentes nacionalmente.

Da perspectiva do que foi estudado, foram apresentados indicadores econômicos para o entendimento da temática trabalhada como abertura e fechamento de empresas no período de 2019 a 2022, dados da quantidade de emissão de notas fiscais pelas micro e pequenas empresas neste mesmo período, IPCA, Taxa Selic, IBC-Br, Taxa de Desemprego, Concessão de Crédito a PJ's.

No que tange a análise e conclusão do trabalho, percebe-se que mesmo com todas as dificuldades que a crise do Covid 19 impôs, às micro e pequenas empresas seguiram trabalhando e mostrando sua importância no cenário nacional da economia do país. A quantidade de empresas abertas durante o período estudado impressiona, as emissões de notas fiscais que seguirão uma crescente contínua também demonstra que a atividade econômica não parou no estado. Quando olhamos para os outros índices, todos eles demonstram que a pandemia teve seu impacto no desempenho de cada indicador estudado. O IPCA mostra o aumento dos preços de bens e serviços nitidamente nos períodos mais graves da pandemia, já a taxa Selic também apresenta os reflexos da crise com juros altos, a concessão de crédito a PJ's mostra que os empreendedores destas empresas tiveram dificuldade de tomar crédito ao longo dos períodos mais complexos deste momento desafiador. O IBC-Br apresenta caracteristicamente o impacto da pandemia no desempenho da economia, mas também apresenta a retomada após as medidas restritivas serem afrouxadas, e claro a taxa de desocupação demonstra realmente o cenário que foi vivido pelos trabalhadores brasileiros, cenário este que foi complexo com muitas pessoas desempregadas, mas atualmente este

indicador também se apresenta em queda, comparado com os períodos mais intensos da pandemia.

Em resumo, mesmo com todas as dificuldades, conclui-se que as micro e pequenas empresas tiveram desempenho aceitável e até relativamente bom, diante todos os desafios apresentados.

REFERÊNCIAS

- Assaf Neto, A. 2001. Mercado financeiro. 4ed. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.
- Brasil. Banco Central do Brasil [BCB]. 2021. Resolução BCB n.61 de 13 jan. 2021. Banco Central do Brasil, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/buscanormas>> Acesso em: 20 fev. 2022.
- Brasil. Empresas & negócios. 2022. Painéis do mapa de empresas. Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>> Acesso em: 15 fev. 2022.
- Brasil. Ministério da Economia [ME]. 2020a. Ministério da Economia avalia impacto econômico do coronavírus. Ministério da Economia, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2020/03/ministerio-da-economia-avalia-impacto-economico-do-coronavirus-no-brasil>> Acesso em: 20 fev. 2022.
- Brasil. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços [MDIC]. 2020b. Comex Stat. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>> Acesso em: 20 fev. 2022.
- Brasil. Ministério da Saúde [MS]. 2020c. Brasil confirma primeiro caso da doença. Ministério da Saúde, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/fevereiro/brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>> Acesso em: 20 fev. 2022.
- Brasil. Presidência da República. 2006. Lei complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de pequeno porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Presidência da República, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm> Acesso em: 20 fev. 2022.
- Carrara, A.F.; Correa, A.L. 2012. O regime de metas de inflação no Brasil: uma análise empírica do IPCA. Revista de Economia Contemporânea 16(3): 441–462.
- Costa, A.P.N.; Leandro, L.A.L. 2016. O atual cenário das micro e pequenas empresas no Brasil. 13ed. AEDB, Resende, RJ, Brasil. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos16/14924134.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2020.
- Dornbusch, R.; Startz, R.; Fischer, S. 2013. Macroeconomia. 11ed. McGraw Hill, New York, EUA.
- Gall, N. 2020. Coronavirus e a economia mundial. Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, São Paulo, SP, Brasil. (Braudel Papers, n.52). Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_producoes/bibli_boletim/bibli_bol_2006/covid-bp%20pt%2007-20-20.pdf> Acesso em: 15 fev. 2022
- Gonçalves, M.F. 1994. A pequena empresa e expansão industrial. Associação Industrial Portuguesa, Lisboa, PT.
- Guimarães, A.B.D.S.; Carvalho, K.C.; Paixão, L.A.R. 2018. Micro, pequenas e médias empresas: conceitos e estatísticas. Radar: tecnologia, produção e comércio exterior 55(5): 21-26.

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. 2003. Estatísticas do cadastro central de empresas. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Leone, N.M.C.P.G. 1999. As especificidades das pequenas e médias empresas. *RAUSP Management Journal* 34(2): 91-94.
- Mészáros, I. 2002. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Editora da UNICAMP/Boitempo Editorial, São Paulo, SP, Brasil.
- O'Brien, F.S.; Salm, C.L. 1970. Desemprego e subemprego no Brasil. *Revista Brasileira de Economia* 24(4): 93-137. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/download/2616/6111/0>> Acesso em: 15 fev. 2021.
- Samuelson, P. 1975. Introdução à análise econômica. 8ed. Agir, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Schreiber, D.; Moraes, M.A.; Stasiak, L. 2021. O impacto da crise pelo Covid-19 na micro e pequenas empresas. *Revista Vianna Sapiens* 12(1): 1-30.
- Schrickel, W. K. 2000. Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos. 5ed. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE]. 2015. A tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) nas MPE Brasileiras. Sebrae, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/79461b2314b6d80a40a76844eea985bf/\\$File/5981.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/79461b2314b6d80a40a76844eea985bf/$File/5981.pdf)> Acesso em: 15 fev. 2021.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas [SEBRAE]. 2016. Pequenos negócios em números. Sebrae, Brasília, DF, Brasil. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSEBRAE/ufs/sp/SEBRAEaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>> Acesso em: 15 fev. 2021.
- Silva, J.P. 2008. Gestão e análise de risco de crédito. 6ed. Atlas, São Paulo, SP, Brasil.
- Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo [SIMPI]. 2020. O impacto do coronavírus nos negócios. Datafolha, São Paulo, SP, Brasil. (Boletim de tendências das micros e pequenas indústrias do Estado de São Paulo, n.3). Disponível em: <<http://www.simpi.com.br/arquivos/4%C2%BA%20Boletim%20de%20Tend%C3%Aancias.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2021.
- Távora, F.L. 2020. Impactos do novo coronavírus (Covid-19) no agronegócio brasileiro. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa, Brasília, DF, Brasil. (Textos para discussão, 274). Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td274>>. Acesso em: 20 fev. 2022.